



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE
PROCESSO SELETIVO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL E EM ÁREA PROFISSIONAL DA SAÚDE DO
ANO DE 2024 – PSRMPS 2024

EDITAL Nº 1 – COREMU/UFPA, 26 DE SETEMBRO DE 2023

A Universidade Federal do Pará, por meio da COMISSÃO DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) torna público o Edital do Processo Seletivo de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde do ano de 2024 (PSRMPS-2024) para provimento de vagas nos Programas de Residências Multiprofissionais (PRMS) e em Área Profissional da Saúde (PRAPS) desenvolvidos na modalidade presencial em hospitais localizados na Capital Belém, na Região Metropolitana, nordeste e sudoeste do Estado do Pará, em conformidade com as exigências da Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), do Regulamento da Lei nº 11.129/2005, artigo 13, Portaria Interministerial / MEC nº1. 077/2009, Resolução nº1, de 21 de julho de 2015, Resolução Nº1, de 03 de março de 2022 –Art. 2º - Incisos IV e V, Decreto Nº 9.508, de 24 de dezembro de 2018, Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, Portaria Normativa Nº 13, de 11 de maio de 2016 e Lei Nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016, e demais resoluções correlatas da Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), e nos seguintes documentos da Universidade Federal do Pará - Regimento da Universidade Federal do Pará, 29/12/2006, Resolução CONSEPE/UFPA nº 4.978, de 17 de outubro de 2017 e a Resolução CONSUN/UFPA nº 758, de 20 de outubro de 2017, e Instrução Normativa MGI Nº 23, de 25 de julho de 2023, que disciplina a aplicação da reserva de vagas para pessoas negras nos concursos públicos, na forma da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014, e reserva vagas para pessoas negras nos processos seletivos para a contratação por tempo determinado de que trata a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, nos termos deste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde constituem modalidade de ensino de pós-graduação lato sensu, destinado às profissões da saúde, sob a forma de curso de especialização, caracterizado por ensino em serviço, em regime de dedicação exclusiva, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais e duração mínima de 02 (dois) anos, totalizando 5.760 horas. O Programa de Residência em Área Profissional Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial, com duração de 3 anos, totalizando 8.640 horas. As atividades práticas desenvolvidas nos Programas poderão envolver cenários diversificados e plantões de final de semana.

1.2. O candidato deverá observar e atender ao disposto na Resolução CNRMS n.º 1, de 27 de dezembro de 2017, a qual aduz nos artigos 1º e 2º e parágrafos que: a) é vedado ao egresso de programa de residência repetir programas de Residência em Área Profissional da Saúde, nas modalidades Multiprofissional e Uniprofissional, em áreas de concentração que já tenha anteriormente concluído; b) é permitido ao egresso realizar programa de Residência em Área Profissional da Saúde nas modalidades Multiprofissional e Uniprofissional, em apenas mais uma área de concentração diferente daquela concluída; c) entende-se como área de concentração um campo delimitado e específico de conhecimentos no âmbito da atenção à saúde e

gestão do SUS, de acordo com o estabelecido na Resolução CNRMS n.º 2, de 13 de abril de 2012; O egresso do programa de residência não poderá pleitear qualquer equivalência com o programa anteriormente cursado.

1.3. O candidato deverá observar o disposto na Resolução CONSEPE nº 4.978, de 17 de outubro de 2017, a qual declara no artigo 9º que a designação de bolsas de estudo para os alunos residentes provém do Ministério da Educação (MEC), sem ônus para a UFPA. O ingresso no Programa não constitui um vínculo empregatício com a UFPA e não contempla outras vantagens, como seguro de vida, exceto para o cumprimento de atividades de interiorização do Programa.

1.4. O valor mínimo da bolsa de estudo R\$ 4.106,09 (quatro mil, cento e seis reais e nove centavos), assegurada aos residentes dos programas de residências multiprofissionais e em área profissional da saúde, está de acordo com a Portaria Interministerial Nº 9, de 13 de outubro de 2021, ficando as alterações no âmbito do ministério da Educação e Saúde.

1.4.1. A bolsa de estudo, regulamentada pelo Ministério da Educação, será disponibilizada por 24 (vinte e quatro) meses aos residentes de programas com duração de 2 (dois) anos e 36 (trinta e seis) meses aos residentes de programas com duração de 3 (três) anos, a contar da data de ingresso do residente no programa, e estará sujeita aos descontos e retenções tributárias e previdenciárias previstos em lei.

1.5. Os termos deste edital foram aprovados pela Comissão de Residência Multiprofissional em Saúde (COREMU) da UFPA, em reunião ordinária realizada em 19 de setembro de 2023.

1.6. O Processo Seletivo de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde do ano de 2024 (PSRMPS-2024) será executado pelo Centro de Processos Seletivos da UFPA (CEPS/UFPA) e Bancas de Avaliadores, sob a supervisão da COREMU.

1.7. Os Programas de Residência em Saúde, objetos deste Edital, são credenciados e autorizados pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde do Ministério da Educação (CNRMS/ME).

1.8. Poderão inscrever-se neste processo seletivo, em uma das áreas de concentração por área profissional previstas no item 2 deste Edital, candidatos graduados ou que estejam cursando o último semestre do curso de graduação, desde que possam concluí-lo em data anterior à matrícula.

1.9. O processo de seleção de que trata este Edital compreenderá as seguintes etapas:

a) **Prova Objetiva** - exame de conhecimentos, de caráter eliminatório e classificatório;

b) **Avaliação do Currículo** - mediante análise de documentos, de caráter eliminatório e classificatório.

1.9.1. Será considerado eliminado do concurso o candidato que não obtiver, na Prova Objetiva, pontuação mínima correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos da prova.

1.9.2. Será considerado eliminado do concurso o candidato que faltar em, pelo menos, uma das etapas do concurso, ou não comparecer nos horários estabelecidos para cada etapa estipulados neste Edital.

1.10. As provas do PSRMPS-2024 serão realizadas nos municípios de Belém, Altamira, Bragança e Castanhal do estado do Pará.

1.11. Nos dias de prova, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento original de identidade com foto, impresso ou digital, conforme o disposto no item 17.6 deste edital.

1.11.1. Documentos digitalizados não serão aceitos para fins de identificação.

1.12. A seleção se destina ao preenchimento de vagas nos Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde desenvolvidos: no Hospital Universitário João de Barros Barreto (HUIBB), Hospital Universitário Bettina Ferro de Souza (HUBFS) localizados na Capital de Belém/PA; no Hospital Santo Antônio Maria Zaccarias (HSAMZ), localizado no Município de Bragança/PA; sob gestão do Núcleo de Medicina Tropical – UFPA, na Rede de Atenção da Secretaria de Saúde do Município de Altamira/PA sob gestão acadêmica do Campus Universitário de Altamira/UFPA e no Hospital Veterinário da UFPA, localizado no Campus Universitário de Castanhal, sob gestão

acadêmica do Instituto de Medicina Veterinária. Contempla o Programa de Residência em Área Profissional Enfermagem Obstétrica desenvolvido nos estabelecimentos de saúde, assim definidos: unidades básicas de saúde, unidade de referência saúde da mulher e hospitais públicos de referência obstétrica para o Sistema Único de Saúde, localizados na Região Metropolitana de Belém/PA, sob a gestão acadêmica do Instituto de Ciências da Saúde.

1.13. É de inteira responsabilidade do candidato se inteirar de todos os atos, editais e comunicados, referentes à realização dos eventos deste Processo Seletivo, que sejam publicados no Diário Oficial da União e/ou disponibilizados no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

1.14. Os conteúdos e referências bibliográficas relativas às provas do PSRMPS-2024 constam do Anexo II deste edital, disponível no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

1.15. Os horários estipulados para o cumprimento das atividades descritas neste edital seguem o horário oficial de Belém/PA.

2. DAS VAGAS DOS PROGRAMAS DE RESIDÊNCIA EM SAÚDE

a) Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – PRMS - Área de Concentração: Atenção em Oncologia/HUJBB/BELÉM/PA

Área Profissional e Vagas

Biomedicina - 2

Enfermagem - 3

Farmácia - 2

Fisioterapia - 4

Nutrição - 2

Psicologia - 2

Serviço Social - 2

b) Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – PRMS - Área de Concentração: Atenção à Saúde do Idoso/ HUJBB/BELÉM/PA

Área Profissional e Vagas

Enfermagem - 2

Farmácia - 2

Fisioterapia - 3

Nutrição - 2

Psicologia - 2

Serviço Social - 3

Terapia Ocupacional - 2

c) Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – PRMS - Área de Concentração: Atenção ao Paciente Crítico/ HUJBB/BELÉM/PA

Área Profissional e Vagas

Enfermagem - 2
Farmácia - 2
Fisioterapia - 2
Nutrição - 2
Odontologia - 2
Psicologia - 2

d) Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – PRMS - Área de Concentração: Atenção Integral no Sistema Público de Saúde/ HUIBB/ICS/UFGA/UBS/BELÉM/PA.

Área Profissional e Vagas
Biomedicina - 2
Enfermagem - 2
Odontologia - 4
Serviço Social - 2

e) Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – PRMS - Área de Concentração: Atenção à Saúde da Mulher e Criança / HSMZ/ NMT/UFGA/BRAGANÇA/PA.

Área Profissional e Vagas
Biomedicina - 2
Enfermagem - 4
Farmácia - 2
Fisioterapia - 2
Psicologia - 2
Serviço Social - 2

f) Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – PRMS - Área de Concentração: Saúde Coletiva/ Rede de Atenção da Secretaria Municipal de Saúde de Altamira/ Campus UFGA/ ALTAMIRA/PA.

Área Profissional e Vagas
Ciências Biológicas - 1
Enfermagem - 4
Psicologia - 2
Serviço Social - 1

g) Programa de Residência Multiprofissional em Saúde – PRMS – Área de Concentração: Patologia Bucal/HUIBB/ICS/BELÉM/PA

Área Profissional e Vagas

Biomedicina - 2

Enfermagem - 2

Odontologia - 4

Serviço Social - 2

h) Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – PRAPS – Área de Concentração: Cirurgia e Traumatologia Bucocomaxilo facial//HUJBB/BELÉM/PA

Área Profissional e Vagas

Odontologia - 3

i) Programa de Residência em Área Profissional da Saúde - PRAPS – Área de Concentração: Atenção à Clínica Especializada Cardiopulmonar/HUBFS/BELÉM/PA.

Área Profissional e Vagas

Fonoaudiologia - 2

j) Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – PRAPS- Área de Concentração: Enfermagem Obstétrica/Hospitais Públicos de Referência/ /SESPA/UBS/URE/ SESMA/ICS/UFPA/BELÉM/PA

Área Profissional e Vagas

Enfermagem - 12

k) Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – PRAPS- Área de Concentração: Clínica Médica e Cirúrgica de Animais Silvestres /Hospital Veterinário/IMV/CAMPUS UFPA/ CASTANHAL/PA.

Área Profissional e Vagas

Medicina Veterinária - 3

l) Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – PRAPS – Área de Concentração: Clínica Médica e Cirúrgica de Pequenos Animais/Hospital Veterinário/IMV/CAMPUS UFPA /CASTANHAL/PA.

Área Profissional e Vagas

Medicina Veterinária - 3

m) Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – PRAPS – Área de Concentração: Clínica de Grandes Animais/Hospital Veterinário/IMV/CAMPUS UFPA/CASTANHAL/PA.

Área Profissional e Vagas

n) Programa de Residência em Área Profissional da Saúde – PRAPS- Área de Concentração: Patologia Animal/ Hospital Veterinário/IMV/CAMPUS UFPA/CASTANHAL/PA.

Área Profissional e Vagas

Medicina Veterinária - 2

3. DAS VAGAS RESERVADAS À POLÍTICA INSTITUCIONAL DE AÇÕES AFIRMATIVAS.

- 3.1.** Em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 12.990/2014 e na IN nº 23/2023, ficam reservados 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas de cada especialidade por programa, e das que vierem a surgir durante a vigência do processo seletivo, para candidatos pretos, pardos ou indígenas (PPI) que optarem por concorrer às vagas reservadas a PPI no ato da inscrição.
- 3.2.** Considerando o subitem 3.1 e o quantitativo de vagas disponíveis neste Edital, só haverá, inicialmente, a reserva de vagas a candidatos negros (de cor preta ou parda) e indígenas para as áreas de concentração/especialidades por área profissional que ofertem 03 (três) vagas ou mais.
- 3.3.** Para contemplar as políticas de ações afirmativas regidas pelos princípios da inclusão social e étnico-racial visando à seleção de pessoas pretas e pardas e indígenas fica normalizada a Tabela Orientadora de Convocação dos Candidatos Classificados em Ampla Concorrência (AC) ou pessoas negras (pretos ou pardos) e Indígenas (PPI) ou pessoa com deficiência (PcD) para todos os Programas de Residência.
- 3.4.** Se durante a validade deste Processo Seletivo surgirem vagas para chamadas adicionais, a convocação para cada especialidade obedecerá ao disposto no Anexo III – Tabela Orientadora de Convocação dos Candidatos Classificados em Ampla Concorrência (AC) ou pessoas negras (pretos ou pardos) e Indígenas (PPI) ou pessoa com deficiência (PcD).
- 3.5.** Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso.
- 3.6.** Em caso de desistência de candidato PPI aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato PPI posteriormente classificado.
- 3.7.** Na hipótese de não haver número de candidatos PPI aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, estas serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
- 3.8.** Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecidas para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

4. DA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO DE PESSOA NEGRA (DE COR PRETA OU PARDA) OU INDÍGENA

- 4.1.** O CEPS/UFPA nomeará Banca(s) de Verificação da Autodeclaração cujos membros, obrigatoriamente, devem ter participado de oficina sobre a temática da promoção da igualdade racial e do enfrentamento ao racismo, podendo incluir membros externos à UFPA atuantes na causa de direitos étnico-raciais.
- 4.2.** As Bancas que atuarão na análise da validação da condição autodeclarada de pessoa negra (de cor preta ou parda) ou indígena são aqui denominadas, respectivamente, Banca de Heteroidentificação e Banca de Verificação da Autodeclaração Indígena.
 - 4.2.1.** As Bancas de Heteroidentificação serão compostas por 05 (cinco) membros, que conheçam o fenótipo negro da população regional e atendam aos requisitos previstos no item 4.1.
 - 4.2.2.** A composição das Bancas de Heteroidentificação e Bancas de Verificação da Autodeclaração Indígena

atenderão ao critério da diversidade, quanto ao sexo e à cor.

4.2.3. O candidato inscrito com autodeclaração de que é pessoa negra (preta ou parda) e classificado em cota PPI deverá apresentar-se à Banca de Heteroidentificação, em data, horário e local a serem informados, para participar do processo de validação da sua autodeclaração.

4.2.4. O candidato inscrito com autodeclaração de que é indígena e classificado em cota PPI deverá apresentar a Declaração de Pertencimento Étnico (Modelo no Anexo IV) assinada por autoridades/lideranças de sua respectiva etnia/povo ou associações indígenas ou a cópia de seu Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI).

4.3. Para validar a autodeclaração de candidatos negros (pretos ou pardos) será considerado, exclusivamente, o fenótipo negro como base para análise e validação.

4.3.1. O fenótipo da pessoa negra é entendido como o conjunto de características físicas do indivíduo, predominantemente a cor da pele, a textura do cabelo e os aspectos faciais.

4.3.2. As características fenotípicas descritas são as que possibilitam, nas relações sociais, o reconhecimento do indivíduo como negro, deixando-o vulnerável a discriminações, ofensas e agressões e a perdas de oportunidades sociais e/ou profissionais.

4.3.3. Não serão consideradas a ascendência do candidato nem as informações contidas em quaisquer documentos de outros processos seletivos e/ou outras instituições.

4.4. A autodeclaração de Pertencimento Étnico de candidatos indígenas será analisada pela Banca de Verificação, considerando os critérios estabelecidos no subitem 4.2.4.

4.5. O candidato classificado em vaga destinada à população negra (pretos ou pardos) que não se apresentar à Banca de Heteroidentificação em data, horário e local determinados, em edital de convocação específico, será eliminado do Processo Seletivo, não havendo reagendamento do procedimento.

4.6. O candidato classificado em vaga destinada à população indígena que não apresentar a documentação pertinente para comprovação de sua autodeclaração no prazo estipulado no edital de convocação será eliminado do Processo Seletivo, não havendo reagendamento do procedimento.

4.7. Na convocação dos(as) candidatos(as) para avaliação pela Banca de Heteroidentificação ou pela Banca de Verificação da Autodeclaração Indígena serão informados os procedimentos para eventuais recursos decorrentes de não validação da autodeclaração.

4.8. O candidato cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de Heteroidentificação concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência, conforme Instrução Normativa MGI Nº 23, de 25 de julho de 2023.

4.9. Os candidatos PPI aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

5. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD)

5.1. Às pessoas com deficiência é assegurado o direito à inscrição no Processo Seletivo de Residência Médica, ano 2024, desde que as atribuições sejam compatíveis com o tipo de deficiência e suas funcionalidades, de acordo com o inciso VIII do art. 37 da Constituição Federal, com o §2º, art. 5º, da Lei nº 8.112/1990, Decreto nº 9.508/2018 e com a Lei nº 13.146/2015.

5.2. Para os candidatos com deficiência, será reservado um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas neste edital, nos termos do §2º do art. 5º da Lei nº 8.112/1990, e suas alterações, do Decreto nº 3.298/1999, e suas alterações, e do Decreto nº 9.508/2018, e suas alterações. **5.3.** Se surgirem novas vagas, em virtude de chamadas adicionais, a convocação para cada especialidade e localidade obedecerá ao disposto no ANEXO III.

5.4. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei nº13.146/2015 e

nas categorias discriminadas no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296/2004, incluindo as pessoas com transtorno do espectro autista, conforme §1º do art. 1º da Lei nº 12.764/2012 e as pessoas com visão monocular, conforme a Lei nº 14.126/2021.

5.4.1. As Pessoas com Deficiência, de acordo com a legislação vigente, são pessoas com deficiência física, pessoas com deficiência sensorial auditiva (surdos, surdocegas e deficiência auditiva), pessoas com deficiência sensorial visual (cego, baixa visão ou visão monocular), pessoas com deficiência intelectual, pessoas com Transtorno do Espectro do Autismo e pessoas com deficiência múltipla.

5.4.2. As especificidades de cada tipo de deficiência são:

a) Pessoa com Deficiência Física: Pessoa com alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

b) Pessoa com Deficiência Auditiva: Pessoa com perda auditiva bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. c) Pessoa surda: Pessoa, usuária da Língua brasileira de sinais (Libras), com perda auditiva bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

d) Pessoa com Surdo cegueira: Pessoa que apresenta associações com cegueira congênita e surdez adquirida; surdez congênita e cegueira adquirida; cegueira e surdez congênitas; cegueira e surdez adquiridas; baixa visão com surdez congênita; baixa visão com surdez adquirida.

e) Pessoa com Deficiência Visual: - A pessoa com cegueira apresenta acuidade visual igual ou menor que 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica. A baixa visão apresenta acuidade visual entre 0,3 (20/60) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores. A pessoa com visão monocular é caracterizada quando a pessoa tem visão igual ou inferior a 20% em um dos olhos, enquanto no outro mantém visão normal.

f) Pessoa com Deficiência Intelectual: Pessoa com funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer e trabalho.

g) Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo: Pessoa com deficiência persistente e significativa na comunicação e na interação social em múltiplos contextos, presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento/interesse/atividades, registrados por meio de especificadores gerais (com ou sem comprometimento intelectual ou de linguagem concomitantes; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental) ou que descrevem, por exemplo a gravidade por níveis: Nível 1 (Exige apoio), Nível 2 (Exige apoio substancial) e Nível 3 (Exige apoio muito substancial);

h) Pessoa com Deficiência Múltipla: pessoa que apresenta associação de duas ou mais deficiências.

5.5. Não poderão concorrer às vagas reservadas às Pessoas com Deficiência aqueles(as) que apresentam diagnósticos específicos de transtornos do neurodesenvolvimento (Transtornos específicos de aprendizagem, Transtorno do Processamento Auditivo Central – TPAC, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade – TDAH e outros) e/ou com transtornos mentais (Esquizofrenia, Transtorno bipolar, Transtornos de conduta, Transtorno de Ansiedade, depressão e outros transtornos mentais que não se enquadram na legislação vigente como PcD).

5.6. O candidato PcD participará do Processo Seletivo em igualdade de condições com os outros candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e critérios de aprovação, à data, ao horário e local de realização das provas e à nota mínima exigida, ressalvadas as demais disposições previstas em regulamento.

5.7. Na inexistência de candidatos PcD inscritos, aprovados ou habilitados na especialidade e localidade, a vaga reservada a candidatos PcD será ocupada pelos demais candidatos aprovados em ampla concorrência e observada a ordem de classificação na referida especialidade.

5.8. O candidato com deficiência que não apresentar, por ocasião da inscrição, o parecer médico ou laudo médico, perderá o direito de concorrer como PcD, passando a integrar:

a) a reserva de vagas para pessoa preta, parda ou indígena (PPI), caso tenha optado por concorrer nessa condição; ou

b) a ampla concorrência, caso não tenha optado por concorrer na condição de pessoa preta, parda ou indígena (PPI).

5.8.1. Aplicar-se-á o mesmo entendimento do item 5.8 para o candidato que apresentar documentação diversa do estabelecido no subitem 5.4.1. de acordo com o tipo de deficiência autodeclarada no ato da inscrição.

5.8.2. Os candidatos PCD classificados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

5.8.3. Em caso de desistência de candidato PCD aprovado em vaga reservada, esta será preenchida pelo candidato PCD posteriormente mais bem classificado. Se não houver mais candidato PCD na lista de classificação, a vaga será destinada à ampla concorrência.

6. DA AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL E DO PROCESSO DE VALIDAÇÃO DA CONDIÇÃO DE PESSOAS AUTODECLARADAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD).

6.1. Posteriormente à realização das provas e antes do resultado final, os candidatos não eliminados que concorreram na condição de PCD, de acordo com o ANEXO III deste Edital, serão submetidos à avaliação por equipe multiprofissional e interdisciplinar, formada, no mínimo, por 3 (três) profissionais que contemplem as áreas da saúde, psicoeducacional e técnico de acessibilidade.

6.2. O candidato inscrito e classificado em vaga reservada a PcD, qualquer que tenha sido o sistema de concorrência, deverá comprovar sua condição com Parecer ou Laudo Médico e exames complementares. **6.3.** Quando convocado(a), o candidato com deficiência deverá apresentar-se à Banca Multiprofissional de Verificação (BMV) em data, horário e local determinado, munido da documentação (originais e cópias) exigida no item 6.4 e 7.4.1.

6.4. Os exames complementares devem comprovar o que especifica o laudo médico e/ou as características que esclarecem a causa, o grau, nível ou tipo, de acordo com a especificidade da deficiência:

a) Deficiência física (raio-X, exames neurológicos, ultrassonografia, exame físico - tipo de deambulação, medidas antropométricas da estrutura do corpo, parecer funcional de fisioterapeutas ou terapeutas ocupacionais - grau de força, amplitude de movimento, impactos nas atividades diárias e/ou outros exames necessários que comprovem o tipo, nível ou grau da deficiência declarada);

b) Deficiência auditiva (exame de audiometria).

c) Deficiência visual (exame de acuidade visual e/ou exame de campimetria).

d) Surdocego (exame de audiometria e exame de acuidade visual e/ou campimetria). e) Deficiência intelectual (avaliação neuropsicológica com testes de funcionamento intelectual e/ou outros exames/avaliações

multiprofissionais que possam complementar o Parecer ou Laudo médico). f) Transtorno do Espectro do

Autismo (avaliação neuropsicológica e/ou outros exames/avaliações multiprofissionais que possam corroborar com o Laudo médico).

g) Deficiências Múltiplas (Exames de acordo com os tipos de deficiência declaradas).

6.5. A não apresentação ou apresentação incompleta da documentação exigida acarretará perda da vaga reservada para PcD.

6.6. Em caso de não validação na análise biopsicossocial da Banca Multiprofissional de Verificação, um resumo do parecer será publicado no site do CEPS (www.ceps.ufpa.br).

6.7. Perderá o direito de concorrer à(s) vaga(s) que surgir(em), destinada(s) às pessoas com deficiência, o candidato que, por ocasião da avaliação biopsicossocial:

a) não apresentar parecer médico ou laudo médico (original ou original e cópia para conferência) pela BMV.

b) apresentar parecer ou laudo médico emitido em período superior a 12 (doze) meses a partir da publicação do Edital, exceto no caso de Transtorno do Espectro Autista, para o qual poderá apresentar laudo superior a 12 meses, de acordo com o item 7.4.1, "b" ou "7.4.1.1";

c) não for considerado pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial;

d) não comparecer à avaliação biopsicossocial, quando convocado.

6.8. Caso a BMV considere a deficiência incompatível com a especialidade a que pretende ocupar, respeitado o período de recurso contra o resultado preliminar, o candidato perderá o direito de ocupar a vaga reservada para PcD, de acordo com item 5.8 e 6.7.

6.9. O resultado da avaliação biopsicossocial será divulgado no site do CEPS.

6.10. Demais informações a respeito da avaliação biopsicossocial constarão de edital específico de convocação para essa fase.

7. INSCRIÇÕES NO PSRMPS-2024

7.1. A inscrição no PSRMPS-2024 implicará a aceitação das normas estabelecidas neste Edital e em outros editais que forem publicados durante a realização da seleção pública, cujas regras, normas, critérios e condições obrigam-se os candidatos a cumprir.

7.2. As solicitações de inscrição no PSRMS-2024 serão admitidas exclusivamente via Internet, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>, e deverão ser feitas a partir das 14 horas do dia 11 de outubro de 2023 às 17 horas do dia 31 de outubro de 2023, observado o horário de Belém/PA.

7.3. TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

7.3.1. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado via boleto bancário até o dia 3 de novembro de 2023. A inscrição somente estará efetivada após a confirmação do pagamento da taxa de inscrição. O boleto bancário será disponibilizado para impressão no ato da inscrição.

7.3.2. Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deve inteirar-se das regras deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá até a data da matrícula de todos os requisitos exigidos.

7.3.3. Não haverá a devolução do valor da taxa de inscrição após a sua efetivação, quaisquer que sejam os motivos alegados, mesmo que o candidato não compareça às provas.

7.3.4. As provas objetivas para todas as especialidades previstas neste edital serão realizadas simultaneamente, portanto, o candidato só poderá concorrer para apenas uma especialidade. Não será aceita solicitação de mudança de especialidade, sendo a escolha de exclusiva responsabilidade do candidato no ato da inscrição.

7.3.5. No caso de candidato inscrito em duas ou mais especialidades, será considerada a inscrição que tiver número de protocolo mais alto.

7.3.6. O candidato que praticar qualquer irregularidade poderá ter sua inscrição, prova e matrícula anuladas,

após instauração de processo administrativo, resguardado seu direito de defesa.

7.3.7. O candidato que necessitar de atendimento especializado e/ou específico para a realização de uma das etapas deste Processo Seletivo deverá solicitá-lo no ato de sua inscrição.

7.4. DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO DOS CANDIDATOS QUE DESEJAREM CONCORRER ÀS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD).

7.4.1. Para concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência ou àquelas que surgirem durante a validade do Processo Seletivo, conforme os subitens 5.1, 5.2 e 5.3, o candidato no ato da inscrição deverá:

- a) informar que é PCD e que deseja concorrer à vaga nessa condição; e
- b) enviar no ato da inscrição, via upload, a imagem de parecer médico ou laudo médico, emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à data da publicação deste Edital até o término das inscrições, que deve atestar a espécie e o grau ou o nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10 ou CID-11), devendo constar no documento a assinatura e número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM).

7.4.1.1 Excetua-se, na alínea “b”, o tempo do laudo dos candidatos com Transtorno do Espectro Autista, que pode ser superior a 12 meses, de acordo com a Lei estadual nº. 9214/2021-PA.

7.4.2. O parecer médico ou laudo médico, conforme modelo contido no ANEXO V deste Edital, observará:

- a) os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo;
- b) os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- c) a limitação no desempenho de atividades;
- d) a restrição de participação.

7.4.3. O parecer ou laudo médico deverá ser enviado de forma legível, sendo o fornecimento da documentação de responsabilidade exclusiva do candidato.

7.4.4. O candidato com deficiência poderá se inscrever para qualquer especialidade, independentemente de ter ou não vaga reservada para candidatos com deficiência para provimento imediato.

8. DOS PROCEDIMENTOS PARA A SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E/OU ESPECÍFICO.

8.1. O candidato que não se enquadra como pessoa com deficiência, mas necessita de atendimento especializado e/ou adaptação das provas, deverá submeter solicitação, no ato da sua inscrição, em campo próprio do formulário, informando o tipo de atendimento necessário para a realização da(s) prova(s) e enviar, via upload, a imagem do parecer emitido por especialista nos últimos 6 (seis) meses, antes da data de publicação deste Edital, devendo constar a assinatura e o carimbo do profissional especializado no qual haja o número de sua inscrição no respectivo conselho fiscalizador da profissão, conforme a sua especialidade..

8.2. O candidato com deficiência que necessitar de atendimento especializado e/ou adaptação das provas em razão da condição do tipo de deficiência deverá informar, no ato da sua inscrição, em campo próprio do formulário, o tipo de atendimento compatível com a sua deficiência para a realização da(s) prova(s) e enviar, via upload, a imagem do parecer médico ou laudo médico, conforme subitem 7.4.1, “b”.

8.3. Os recursos especializados solicitados pelo candidato para a realização das provas deverão ser justificados pelo parecer por ele apresentado, ou seja:

- a) recursos especializados solicitados que não sejam respaldados pelo parecer emitido por médico, por especialista ou por equipe multiprofissional e interdisciplinar, conforme o caso, serão indeferidos; b) eventuais recursos que sejam citados no parecer do candidato não serão considerados na análise da solicitação de atendimento especializado se não forem solicitados no sistema eletrônico de inscrição do

CEPS.

- 8.4.** O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para a realização das provas deverá solicitá-lo, no ato da sua inscrição, em campo próprio do formulário, e enviar, via upload, a imagem de parecer médico ou laudo médico com justificativa, conforme subitem 7.4.1, “b”.
- 8.5.** A documentação citada nos subitens 7.4.1, 7.4.2 e 7.4.4 deste Edital deverá ser enviada de forma legível, sendo o fornecimento da documentação de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 8.6.** O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação a que se referem os subitens 7.4.1, 7.4.2 e 7.4.4 deste Edital, e, caso seja solicitado pelo CEPS, o candidato deverá enviar a referida documentação para a confirmação da veracidade das informações.
- 8.7.** O candidato que não solicitar atendimento especializado no sistema eletrônico de inscrição e/ou não especificar quais recursos serão necessários não terá atendimento especializado, ainda que faça o envio, via upload, da documentação prevista neste Edital.
- 8.8.** Apenas o envio da documentação prevista nos subitens 8.1 e 8.2 deste Edital não é suficiente para a obtenção do atendimento especializado.
- 8.9.** Quando da solicitação de atendimento especializado que envolva a utilização de Tecnologia assistiva ou de recursos tecnológicos, no caso de eventual falha desses recursos no dia de aplicação das provas, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade.
- 8.10.** O candidato que fizer uso de aparelho auditivo por orientação médica deverá solicitar permissão para uso do referido aparelho, de acordo com as instruções contidas nos subitens 8.1 e/ou 8.2 deste Edital.
- 8.11.** A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá informar tal necessidade, no ato da sua inscrição, em campo próprio do formulário, caso contrário não será permitido o atendimento específico, mesmo que a candidata compareça ao local de prova com o acompanhante adulto.
- 8.12.** A concessão prevista no subitem 8.11 aplica-se exclusivamente para candidatas mães de crianças de até 6 (seis) meses de idade na data da realização da prova, conforme Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.
- 8.13.** A candidata que tiver solicitado, no ato da inscrição, atendimento específico com fundamento no item 8.11 deverá levar, no(s) dia(s) de realização da(s) prova(s), um acompanhante adulto que ficará em sala reservada e será o responsável pela guarda da criança. O acompanhante respeitará as mesmas regras estabelecidas para os candidatos, acerca da guarda de objetos eletrônicos e/ou qualquer tipo de material que ofereça risco à transparência do processo seletivo.
- 8.14.** A candidata com necessidade de amamentar que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança no local de realização das provas.
- 8.15.** É vedada a comunicação da lactante com o acompanhante durante a amamentação.
- 8.16.** A UFPA não disponibilizará acompanhante para a guarda da criança.
- 8.17.** O candidato que necessitar fazer as provas e demais fases portando arma de fogo, amparado pela Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e suas alterações, deverá:
- a) assinalar, no sistema eletrônico de inscrição, a opção correspondente à necessidade de portar arma durante as provas;
- b) enviar, via upload, a imagem do Certificado de Registro de Arma de Fogo e da Autorização de Porte.
- 8.18.** Os candidatos que não forem amparados pela Lei Federal nº 10.826/2003, e suas alterações, não poderão portar armas no ambiente de provas.
- 8.19.** O candidato que solicitar o atendimento específico para portar arma de fogo, conforme subitem 8.17, poderá ser encaminhado à coordenação do local de aplicação de prova para acautelar a arma antes do

início da prova.

- 8.20.** O CEPS não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada dos documentos mencionados nos subitens 8.1, 8.2, 8.4 e 8.16 a seu destino, seja de ordem técnica dos computadores, seja decorrente de falhas de comunicação, bem como de outros fatores que impossibilitem o envio.
- 8.21.** Esses documentos, que valerão somente para este processo, não serão devolvidos, nem deles serão fornecidas cópias.
- 8.22.** A solicitação de atendimento especializado e/ou específico, em qualquer caso, será acatada segundo os critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9. DAS ISENÇÕES

- 9.1.** Poderá requerer isenção da taxa de inscrição, em conformidade com o Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008, o candidato que estiver inscrito no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) e for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, for doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, de acordo com a Lei nº 13.656, de 30 de abril de 2018, ou ser Pessoa com Deficiência, nos termos da Lei Estadual n.º 6.988, de 2 de julho de 2007.
- 9.2.** Para solicitar a isenção da taxa de inscrição, os candidatos amparados pelo Decreto nº 6.593/2008 e pelo Decreto nº 11.016, de 29 de março de 2022, deverão, no ato de sua inscrição, informar o NIS (Número de Identificação Social) atribuído pelo CadÚnico.
- 9.3.** Para solicitar isenção como doador de medula óssea, o candidato, no ato da inscrição, deverá enviar via *upload* a imagem legível da carteirinha que comprove a condição de doador.
- 9.4.** O candidato pleiteante à isenção deverá realizar sua inscrição no período das 14 hs do dia 11 de outubro às 17h do dia 20 de outubro de 2023.
- 9.5.** Os candidatos que sejam Pessoas com Deficiência (PcD) deverão enviar no ato da inscrição, via upload, a imagem de parecer médico ou laudo médico, de acordo com o item 7.4.1 alínea “b”.
- 9.5.1.** As informações prestadas pelo candidato, bem como a autenticidade da documentação apresentada, serão de inteira responsabilidade da Pessoa com Deficiência, podendo o candidato, a qualquer momento, se comprovada alguma ilegalidade, ser eliminado do Processo Seletivo Simplificado e responder por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais.
- 9.6.** O resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição poderá ser consultado na data provável de 16 de outubro de 2023, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.
- 9.7.** O resultado definitivo do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição poderá ser consultado na data provável de 30 de outubro de 2023, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.
- 9.8.** O candidato que pleitear isenção da taxa de inscrição e não obtiver a concessão do benefício, se ainda desejar participar do Processo Seletivo, deverá efetivar sua inscrição realizando o pagamento da taxa até a data do vencimento de seu boleto bancário, na forma dos subitens 7.3.1, 7.3.2 deste Edital.
- 9.9.** Não será permitida a transferência de isenção de taxa de inscrição, seja para outra pessoa, seja para outro protocolo de inscrição do mesmo candidato.
- 9.10.** Será desconsiderada a inscrição com isenção de taxa do candidato que omitir informações e/ou torná-las inverídicas, fraudar e/ou falsificar informação.
- 9.11.** Sem prejuízo das sanções penais cabíveis, o candidato que prestar informação falsa com o intuito de usufruir da isenção de que trata o art. 1º da Lei nº 13.656/2018 estará sujeito a:
- I – cancelamento da inscrição e exclusão do Processo Seletivo, se a falsidade for constatada antes da

homologação de seu resultado;

II – exclusão da lista de aprovados, se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da ocupação da vaga (matrícula);

III – declaração de nulidade da matrícula, se a falsidade for constatada após sua efetivação.

10. DO CARTÃO DE INSCRIÇÃO

10.1. O Cartão de Inscrição é o documento que comprova a inscrição do candidato no processo. Nele constarão dados pessoais, número de inscrição, nome do programa de opção, horário e local de realização da prova, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato o correto preenchimento de seus dados na inscrição no processo objeto deste Edital.

10.2. O Cartão de Inscrição estará disponível a partir do dia 14 novembro de 2023 no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

10.3. O cartão de inscrição poderá ser impresso de forma legível pelo candidato para que seja apresentado no dia da prova.

11. ETAPAS DE SELEÇÃO

11.1. DA PROVA OBJETIVA

11.1.1. A Prova Objetiva será realizada no dia 19 de novembro de 2023, com início às 14h30 e término às 18h30 (horário de Belém-PA), devendo o candidato apresentar-se ao local de realização de 13h às 14h, sendo vedada sua entrada após às 14h.

11.1.2. As provas objetivas para todas as especialidades previstas neste edital serão realizadas simultaneamente, portanto, o candidato só poderá concorrer para apenas uma área de concentração/especialidade. Não será aceita solicitação de mudança de especialidade, sendo a escolha de exclusiva responsabilidade do candidato no ato da inscrição.

11.1.3. O acesso ao local de prova dar-se-á das 13h às 14h. O candidato deverá estar munido do documento original de identidade com foto impresso ou digital, para ter acesso ao local de prova

11.1.4. Não será permitida a saída do candidato da sala antes de decorridas 2 (duas) horas do início da prova.

11.1.5. Encerrado o horário de acesso, o candidato que se retirar do local de provas não poderá retornar em hipótese alguma.

11.1.6. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto); documento digital em aplicativo oficial e com possibilidade de verificação de autenticidade.

11.1.7. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados; documentos digitalizados.

11.1.8. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do

documento. Por ocasião da realização da prova, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no item 16.6 deste edital, não poderá fazer a prova e será automaticamente eliminado do concurso.

11.1.9. O candidato que esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, noventa dias. Nesse caso, o candidato será submetido à identificação especial, compreendendo coleta de dados, de assinatura e de impressão digital em formulário próprio.

11.1.10. A identificação especial será exigida, também, ao candidato cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

11.1.11. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferentes dos predeterminados em edital, divulgados no site do CEPS ou em comunicado.

11.1.12. Não será admitido ingresso de candidato ao local de realização da Prova Objetiva após o horário fixado para o seu início, conforme estabelecido no subitem 11.1 deste edital.

11.1.13. Durante a realização da prova, o candidato não poderá, sob pena de ser eliminado do concurso, proceder a qualquer espécie de consulta ou comunicação com outro(s) candidato(s) nem utilizar livros, manuais, impressos, anotações, óculos escuros, artigos de chapelaria e quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas, calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *pen drive*, mp3 ou similar, gravadores, relógios, ou qualquer transmissor ou receptor de dados e mensagens.

11.1.14. Antes do início da prova, o candidato deverá guardar em embalagem porta-objetos fornecida pelo fiscal de sala, telefone celular desligado, bem como quaisquer outros equipamentos eletrônicos desligados e outros pertences listados no subitem anterior. A embalagem porta-objetos deverá ser identificada pelo candidato, fechada (ou lacrada) e mantida embaixo da carteira. Só deverá ser aberta após o afastamento definitivo do candidato do local de realização da prova.

11.1.15. O CEPS/UFPA não é responsável pela guarda de quaisquer dos objetos supracitados e não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização da prova, nem por danos a eles causados.

11.1.16. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em razão de afastamento do candidato da sala de prova ou para preenchimento do seu cartão- resposta ou de outros formulários.

11.1.17. O candidato que se retirar da sala de realização da prova para ir ao banheiro será acompanhado por um fiscal itinerante. Não será permitido ao candidato entrar no banheiro portando qualquer utensílio eletrônico, bem como papéis, cadernetas, envelopes, bolsas, pastas e similares.

11.1.18. No dia da realização da Prova Objetiva, o CEPS/UFPA poderá submeter os candidatos ao sistema de detecção de metal nas salas, corredores e banheiros, a fim de impedir a prática de fraude e de verificar se o candidato está portando material não permitido.

11.1.19. É vetado o porte de armas de qualquer espécie, exceto para os casos previstos na Lei nº 10.826/2003. O candidato que, ao adentrar na unidade de realização da prova, estiver portando arma deverá, obrigatoriamente, apresentar a autorização para o porte de armas à coordenação da unidade.

11.1.20. O candidato que não apresentar autorização para o porte de armas, não poderá realizar a prova.

11.1.21. Em hipótese alguma será permitido ao candidato realizar prova em sua residência, de amigos ou parentes.

11.1.22. A candidata que precisar amamentar durante a realização da prova deverá informar no formulário de inscrição essa necessidade, a fim de que seja providenciada a sala reservada e a autorização de acompanhante

que será o responsável pela guarda da criança durante a realização da prova.

11.1.23. A Prova Objetiva será apresentada na forma de Boletim de Questões. Valerá 100,00 cem pontos e terá Peso 7 (sete).

11.1.24. A Prova Objetiva será composta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, onde cada questão vale 2 (dois) pontos, e terá a seguinte composição:

Especialidade: SUS

Nº de Questões: 15

Ponto/Questão: 2

Total: 30

Especialidade: Área específica

Nº de Questões: 35

Ponto/Questão: 2

Total: 70

Nº total de Questões: 50

11.1.25. Para cada questão da prova haverá 5 (cinco) opções de resposta, identificadas pelas alternativas (A), (B), (C), (D) e (E). Apenas uma opção responderá corretamente à questão.

11.1.26. O candidato deverá assinalar (preencher completamente a “bolha” que envolve a letra correspondente à resposta considerada correta pelo candidato) as respostas das questões de múltipla escolha no Cartão-Resposta, somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.

11.1.27. Será de exclusiva responsabilidade do candidato a certificação de que o Cartão-Resposta que lhe for entregue no dia da prova é realmente o seu e assinar seu nome de maneira legível neste documento.

11.1.28. O preenchimento do Cartão-Resposta será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas nele contidas.

11.1.29. O preenchimento do Cartão-Resposta deverá ser feito dentro do horário estabelecido para a realização da Prova Objetiva (14h30 às 18h30).

11.1.30. No Cartão-Resposta não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com marcação a lápis, com mais de uma alternativa marcada e aquelas que contiverem qualquer espécie de corretivo sobre as alternativas.

11.1.31. O cartão-Resposta só será substituído se nele for constatado erro de impressão.

11.1.32. Após terminar a prova, o candidato deverá devolver ao fiscal de sala todo o material acima especificado (quando a saída do candidato ocorrer antes do horário estabelecido em 11.1.1) e assinar a lista de presença.

11.1.32.1. O candidato poderá levar o boletim de questões restando 60 minutos para o término da prova.

11.1.33. Depois de entregue pelo fiscal de sala, o Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato e não deverá ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo, sob pena de o candidato arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização da leitura óptica.

11.1.34. As provas objetivas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico (leitura óptica).

11.1.35. O Cartão-Resposta será o único documento considerado para a correção das Provas Objetivas. O

Boletim de Questões não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.

11.1.36. Não será permitido que as marcações do Cartão-Resposta sejam feitas por outras pessoas, salvo no caso de candidato a quem tenha sido deferido atendimento especializado para realização da prova. Nesse caso, o candidato será acompanhado por fiscal do CEPS devidamente treinado.

11.1.37. O gabarito oficial preliminar da Prova Objetiva será divulgado em até 24 horas após a realização da prova no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

12. AVALIAÇÃO DO CURRÍCULO

12.1. Somente serão convocados para a fase de Avaliação de Currículo os candidatos que obtiverem pontuação mínima correspondente a 50% (cinquenta por cento) do total de pontos da Prova Objetiva, até o limite de 5 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas por Programa (Especialidade) e que estiverem classificados pela ordem decrescente das notas da prova objetiva obedecidos os empates na última posição, em conformidade com o Quadro 1.

12.2. 12.1.1 Para as especialidades em que o número de vagas multiplicado por 5 (cinco) resultar em número ímpar, será considerado o número par subsequente, para atendimento da Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023.

Especialidades com 01 vaga ofertada por programa

Convocação à Avaliação de Títulos (AC): 3

Convocação à Avaliação de Títulos (PPI): 3

Convocação à Avaliação de Títulos (PCD): Todos que não forem eliminados nas provas objetiva

Especialidades com 02 vagas ofertada por programa

Convocação à Avaliação de Títulos (AC): 5

Convocação à Avaliação de Títulos (PPI): 5

Convocação à Avaliação de Títulos (PCD): Todos que não forem eliminados nas provas objetiva

Especialidades com 03 vagas ofertada por programa

Convocação à Avaliação de Títulos (AC): 8

Convocação à Avaliação de Títulos (PPI): 8

Convocação à Avaliação de Títulos (PCD): Todos que não forem eliminados nas provas objetiva

Especialidades com 04 vagas ofertada por programa

Convocação à Avaliação de Títulos (AC): 10

Convocação à Avaliação de Títulos (PPI): 10

Convocação à Avaliação de Títulos (PCD): Todos que não forem eliminados nas provas objetiva

Especialidades com 12 vagas ofertada por programa

Convocação à Avaliação de Títulos (AC): 30

Convocação à Avaliação de Títulos (PPI): 30

Convocação à Avaliação de Títulos (PCD): Todos que não forem eliminados nas provas objetiva

- 12.3.** Os candidatos classificados serão convocados para a fase de Avaliação de Currículos por meio de Edital de Convocação que será divulgado no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br> na data provável de 06 de dezembro de 2023.
- 12.4.** Serão considerados para pontuação nesta fase somente os critérios estabelecidos no Anexo V deste edital, disponível no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.
- 12.5.** A Avaliação de Currículo valerá 100,00 (cem) pontos e terá Peso 3 (três).
- 12.6.** A avaliação dos currículos será realizada em sistema eletrônico específico, onde os candidatos deverão anexar os documentos solicitados. O candidato que não anexar os documentos referentes à etapa de avaliação do currículo na data estabelecida no edital que trata o item 12.2 estará automaticamente eliminado do concurso.
- 12.7.** Os documentos apresentados nesta etapa serão pontuados somente uma vez.
- 12.8.** Para todos os itens do Anexo V, quando o documento comprobatório contiver apenas o período de execução e a carga horária semanal, considerar-se-á 20 horas semanais, 4 semanas para cada mês e 48 semanas para cada ano.
- 12.9.** No item do Anexo V, caso histórico escolar do Curso de Graduação não apresenta índice que expresse o rendimento geral do estudante, o candidato pontuará da seguinte maneira: 18 pontos – Conceitos E (Conceito E ($\geq 9,0$) em metade ou mais das disciplinas (30 pontos); 12 pontos - Conceito B (7,0 a 8,9) em metade ou mais das disciplinas (20 pontos); 06 pontos - Conceito R (5,0 a 6,9) em metade ou mais das disciplinas.
- 12.10.** Os diplomas, certificados e comprovantes de conclusão de curso de graduação, serão avaliados apenas quando oriundos de Instituições de Ensino Superior reconhecidas pelo Ministério da Educação e/ou pela CAPES, acompanhados do parecer do Conselho Nacional de Educação que credenciou o curso e observadas às normas que lhes regem a validade, dentre as quais, se for o caso, as pertinentes ao respectivo registro.
- 12.11.** Os documentos relativos aos cursos realizados no exterior só serão considerados quando traduzidos para a para a língua portuguesa por tradutor público juramentado, com validade para o território nacional devidamente validado por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação.
- 12.12.** Será divulgado o resultado preliminar da Avaliação do Currículo na data provável de 26 de dezembro de 2023.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1.** Serão admitidos recursos dentro do prazo de até 48 horas após a publicação:
- a. edital do concurso no Diário Oficial da União;
 - b. resultado preliminar das isenções;
 - c. gabarito oficial preliminar das Provas Objetivas;
 - d. resultado preliminar das Provas Objetivas;
 - e. resultado preliminar da Avaliação de Currículos;
 - f. resultado preliminar do procedimento de Heteroidentificação e/ou Verificação de Autodeclaração Indígena;
 - g. resultado preliminar da Avaliação Biopsicossocial;
 - h. resultado final preliminar do Processo Seletivo Público.
- 13.2.** Os recursos referentes às alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h” deverão ser feitos diretamente no sistema de acompanhamento individual do candidato, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>. **13.3.** Os

recursos referentes à alínea “a” deverão ser dirigidos ao CEPS/UFPA por meio do e-mail ceps@ufpa.br.

13.4. O(s) ponto(s) relativo(s) à(s) questão(ões) eventualmente anulada(s) das Provas Objetivas será(ão) atribuído(s) a todos os candidatos presentes.

13.5. O recurso interposto não terá efeito suspensivo e aquele que for interposto fora do respectivo prazo não será aceito.

13.6. O CEPS é a instância para recurso administrativo, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais. A decisão do recurso será dada a conhecer, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, a contar a partir do último dia do prazo de recebimento.

13.7. O impetrante do recurso deverá ser claro, consistente e objetivo, de modo que o recurso considerado como inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

13.8. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos ou de recurso de gabarito oficial definitivo, bem como recursos contra os resultados finais nas demais etapas.

13.9. Recursos cujo teor desrespeite a instituição responsável por este concurso e/ou que questionem resultados de outros candidatos serão preliminarmente indeferidos.

13.10. O resultado final, com todos os classificados, será divulgado na data provável de 31 de janeiro de 2024, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

13.11. A classificação final dos candidatos inscritos para as vagas dos Programas obedecerá a fórmula $P F = [(P O \times 7) + (A C \times 3)]/10$, onde:

PF = pontuação final;

PO = pontuação obtida na Prova Objetiva; e

AC = pontuação obtida na Avaliação de Currículo.

14. DO RESULTADO E DA CLASSIFICAÇÃO FINAL NA SELEÇÃO PÚBLICA

14.1. A nota final do candidato será expressa até a segunda casa decimal, adotando-se o seguinte procedimento operacional: calcula-se a nota até a terceira casa decimal; soma-se 0,005 (cinco milésimos) à nota calculada e considera-se o resultado até a segunda casa decimal por truncamento da terceira casa.

14.2. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

14.2.1. Em caso de empate na pontuação final da seleção terá preferência o candidato que, na ordem seguinte, obtiver:

A) maior pontuação na Prova Objetiva;

B) maior pontuação na Área Específica da Prova Objetiva.

C) persistindo o empate, terá preferência o candidato que tiver maior idade cronológica.

14.2.2. A apuração da classificação iniciará com a distribuição das vagas de ampla concorrência, às quais concorrerão todos os candidatos. Serão considerados classificados nas vagas de ampla concorrência os candidatos aprovados cuja nota esteja no intervalo do número de vagas destinadas ao grupo de ampla concorrência.

14.2.3. Após a distribuição das vagas de ampla concorrência, serão apurados os classificados nas vagas reservadas às cotas de Pretos, Pardos e Indígenas e de Pessoa com Deficiência, entre aqueles não classificados na ampla concorrência.

15. DA MATRÍCULA

15.1. Os candidatos classificados, de acordo com o número de vagas, para todos os Programas de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde que compõem este edital, deverão efetuar suas matrículas no período de 7 e 8 de fevereiro de 2024, a ser realizada no Centro de Estudos do Hospital Universitário João Barros Barreto (HUJBB); no Campus Universitário de Altamira/UFPA; no Campus Universitário de Bragança/UFPA, no Instituto de Medicina Veterinária, no Município de Castanhal, devendo apresentar os documentos originais para comprovação e 2 (duas) fotos 3x4 e 3 (três) cópia simples dos seguintes documentos:

I. Diploma do curso de graduação ou, considerando-se o Parecer nº 303/2000 da Câmara de Educação Superior do MEC, o candidato aprovado e classificado poderá apresentar no ato da matrícula, Certificado de Conclusão do curso de graduação ou documento correspondente à conclusão do curso de graduação, devidamente datado, assinado legalmente, e expedido por Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo Ministério da Educação e acompanhado do histórico escolar integralizado.

II. Diploma do curso de graduação, quando expedido no exterior, somente será aceito se revalidado por instituição pública de ensino superior no Brasil;

III. Carteira de Identidade, Cadastro Pessoa Física (CPF), Carteira de Reservista, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e Título de Eleitor;

IV. Cédula de Identidade Profissional ou comprovante de inscrição no conselho de classe expedido no ano do de publicação do referido Edital;

V. Comprovante de inscrição no Programa de Integração Social (PIS);

VI. Documento contendo o número de conta salário dos bancos conveniados;

VII. Comprovante de residência atualizado;

VIII - Carteira de vacinação atualizada.

15.2. O não comparecimento no prazo estipulado no item 15.1 implicará a perda da vaga.

15.3. A não apresentação da documentação no item 15.1 exigida implicará na perda da vaga.

15.4. Os candidatos estrangeiros devem apresentar também documento de identidade traduzido e autenticado por órgão oficial do Brasil, com o acompanhamento de visto de permanência atualizado e com comprovante de Proficiência em Língua Portuguesa.

15.5. Novas convocações poderão ser realizadas até o preenchimento de vagas remanescentes, de acordo com a lista dos aprovados, dentro dos prazos estipulados pelo Ministério da Educação para as seleções de residências em saúde.

15.6. Os candidatos classificados, conforme o limite de vagas, porém impossibilitados de cumprir o Programa devido a obrigações militares, deverão, após efetivação da matrícula, solicitar por meio de requerimento dirigido à COREMU, conforme o caso, o trancamento do curso, anexando documentos comprobatórios de convocação para assegurar a sua vaga.

15.7. Será eliminado da seleção o candidato que não apresentar a documentação exigida no ato da matrícula, ou que não apresentar os demais documentos exigidos nos prazos estipulados neste edital.

15.8. O candidato convocado para ocupar vaga decorrente de desistência, após o início do programa, iniciará as atividades no dia seguinte da efetivação da matrícula.

15.9. O candidato ao efetuar a matrícula deverá encaminhar a documentação (item 15.1.) em formato PDF arquivo único para o e-mail coremuresid@ufpa.br, para realização do cadastro institucional do residente nos Sistemas de Informações relativos aos programas de residências em saúde vinculados à COREMU/UFPA.

15.10. Os residentes oficialmente matriculados iniciarão as atividades em seus programas no dia 1º de março de

2024, conforme Resolução CNRMS nº 3, de 16 de abril de 2012.

15.11. O residente que não comparecer ou que não apresentar justificativa na data acima, será considerado desistente e a vaga será destinada ao candidato subsequente na lista dos classificados.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. A inscrição do candidato implica a aceitação das disposições e normas para o processo seletivo contidas nos comunicados, neste edital e em outros que forem publicados. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este processo seletivo publicados no Diário Oficial da União e/ou divulgados na internet, no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

16.2. O candidato poderá obter informações no Atendimento do CEPS/UFPA, localizado na Universidade Federal do Pará (UFPA) – Cidade Universitária Prof José da Silveira Netto, Sede do CEPS/UFPA – Rua Augusto Corrêa, nº 1, Bairro do Guamá, pelos telefones (91) 3201-7266 e (91) 3201-8381, nos horários de 9h às 12h e de 14h às 17h ou pelo e-mail: atendimentoceps@ufpa.br.

16.3. O candidato que desejar relatar ao CEPS/UFPA fatos ocorridos durante a realização do concurso, deverá fazê-lo ao Atendimento do CEPS/UFPA, postando correspondência para “Centro de Processos Seletivos (CEPS) – Rua Augusto Corrêa, nº 1, Guamá, CEP 66075-900”, enviado por e-mail para atendimentoceps@ufpa.br. Não serão dadas por telefone informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas e resultado final, o candidato deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados.

16.4. A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, as provas e a matrícula, por meio de processo administrativo devidamente instaurado, ouvido o candidato, o que pode ocorrer inclusive após a homologação do resultado do processo de seleção, desde que verificada a prática de qualquer ilegalidade pelo candidato, tais como falsidade nas declarações e/ou quaisquer irregularidades nas provas e/ou nos documentos apresentados, entre outras. Os itens deste edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto o concurso não for realizado, circunstâncias que serão mencionadas em edital ou aviso a ser publicado.

16.5. O candidato deverá manter seu endereço atualizado no CEPS/UFPA, enquanto estiver participando do concurso. Serão de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

16.6. Todas as datas referentes a este edital estão apresentadas no Anexo I deste edital, disponível no endereço eletrônico <http://www.ceps.ufpa.br>.

16.7. Os casos omissos e eventuais dúvidas referentes a este edital serão resolvidos e esclarecidos pela Comissão de Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde (COREMU) e pelo CEPS/UFPA, no que a cada parte couber.

EVANDER DE JESUS BATISTA OLIVEIRA
Coordenador da COREMU/UFPA

EMMANUEL ZAGURY TOURINHO
Reitor da UFPA